

FARMACÊUTICOS DECIDIRAM

A Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar) e a Escola Nacional dos Farmacêuticos, entidades representativas de mais de 160 mil farmacêuticos no Brasil, apresentam aos excelentíssimos senhores secretários municipais o resultado de debates realizados entre 2014 e 2015. Os encontros que reuniram a categoria, profissionais de saúde e sociedade civil aprovaram, por unanimidade, um rol de propostas e de linhas de defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Assistência Farmacêutica. Estas propostas foram apresentadas nas etapas da 15ª Conferência Nacional de Saúde.

Com a divulgação do Conselho Nacional de Saúde (CNS) das diretrizes aprovadas na etapa nacional da referida Conferência, trazemos neste documento algumas reflexões para que possamos – o conjunto da sociedade, com o apoio dos secretários de saúde, desde a esfera municipal – garantir a concretização das diretrizes aprovadas no âmbito do controle social e avançarmos no que for necessário para a defesa do SUS, da Saúde e da Assistência Farmacêutica, em prol do povo brasileiro e do próprio Estado Democrático de Direito.

Ronald Ferreira dos Santos

Presidente da Fenafar

Silvana Nair Leite

Presidente da Escola Nacional dos Farmacêuticos



TRABALHO FARMACÊUTICO PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS SAÚDE E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DIREITO DE TODOS OS CIDADÃOS BRASILEIROS

“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas (...)” conforme definido na Constituição Federal de 1988. Entre as ações a serem executadas no SUS, estão as que promovam a assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica. Passados os 27 anos da institucionalização do SUS, reconhecem-se diversos avanços na área, com a ampliação do acesso aos medicamentos nas unidades de saúde e por meio do Programa Aqui Tem Farmácia Popular. No entanto, ainda temos muito a avançar. É preciso que a oferta dos medicamentos esteja acompanhada da realização de serviços farmacêuticos, visando o acesso e uso racional dos medicamentos, com ênfase na humanização, equidade, com o aprimoramento da política de atenção básica. Ainda não contamos com a presença de farmacêutico nas unidades de saúde, que além de cumprir seu papel social, proporciona a racionalidade do uso de medicamentos, que tem por consequência a redução de custos às instâncias de governo.

A luta pela saúde do povo brasileiro passa pela transformação da nossa realidade. Para tanto, devemos superar a sociedade historicamente marcada pelo autoritarismo social e político, onde as desigualdades são as principais características.

Também precisamos aprimorar e fortalecer a gestão compartilhada nas regiões, considerando as especificidades regionais, com ampla responsabilidade dos entes federativos, oferecendo aos cidadãos o cuidado integral e de qualidade. Isso é estratégico para a gestão do SUS.

A participação da comunidade está estabelecida na Constituição Federal de 1988 como um dos princípios basilares do SUS. Conquistou-se, desta maneira, a participação efetiva do conjunto da sociedade na formulação de diretrizes (através das conferências), com a definição de políticas de saúde e na fiscalização das ações dos gestores de cada esfera (pela atuação efetiva dos conselhos). Porém, a conquista de melhores condições de saúde e qualidade de vida para a população passa pela luta articulada e unificada dos diversos movimentos sociais e populares na construção do SUS. Para fortalecer a atuação do controle social, é necessário aumentar e garantir o financiamento dos conselhos de saúde

a fim de reestruturá-los, incluindo em seu quadro funcional assessorias técnicas capacitadas, respeitando sua autonomia e ampliando a representatividade dos movimentos sociais, sindicais e estudantis, em todas as instâncias do controle social. Também é preciso garantir o caráter deliberativo dos conselhos de saúde, ampliando os canais de interação com o usuário, com transparência e participação cidadã.

Na busca pela melhoria do SUS, é fundamental preparar os trabalhadores de saúde reorientando a formação a partir das necessidades da maioria do povo brasileiro, além de os qualificar para o trabalho. São desafios colocados na discussão da mudança nos currículos, sendo imprescindível que as práticas dos futuros profissionais ocorram em ambientes das ações e dos serviços ofertados pelo SUS, com inserção do trabalho em equipe e a educação perma-

nente. É fundamental, também, discutir uma agenda de valorização do trabalho em saúde, com a preservação dos direitos sociais conquistados historicamente pelos trabalhadores. Combater todas as formas de precarização, o que inclui as terceirizações dos serviços; reforçar a luta pela redução da jornada e a estruturação da carreira para o SUS, com garantia de espaços de negociação permanente entre os trabalhadores e gestores, que permita a distribuição de renda de forma equitativa, melhorando as condições de vida e trabalho da maioria do povo brasileiro. Tudo isso é determinante para contribuir com a melhoria das condições de saúde de todo povo brasileiro.

E o financiamento? O SUS sempre foi subfinanciado. Desde o início, os recursos previstos para o SUS não foram repassados ao sistema. O financiamento do SUS já teve várias fases, sendo realizado de diversas formas, todas elas insuficientes para atender às necessidades do povo brasileiro. O avanço da privatização da saúde faz com que os poucos recursos públicos sejam destinados, de forma crescente, ao setor privado, enfraquecendo ainda mais o SUS público e estatal. Chegou a hora de reverter esta tendência com a elevação dos recursos para o SUS! É imprescindível a garantia de financiamento estável e suficiente para o SUS, bem como a luta contra o Orçamento Impositivo, que vem como resposta aplicar 15% das receitas correntes líquidas. Para isto, é fundamental apoiar a aprovação da PEC 01-A/2015, que corrige a Emenda Constitucional 86/2015, que reduziu o valor da aplicação mínima da União no SUS, bem como defender os projetos que tramitam no Congresso para a criação de uma contribuição sobre as movimentações financeiras (nos moldes da CPMF) e a taxa sobre grandes fortunas como novas fontes para a Seguridade Social e compartilhada entre União, Estados, Distrito Federal e os Municípios. Temos que cobrar do governo federal a mudança da política econômica de caráter recessivo, com o início imediato da redução da taxa de juros, e o foco no crescimento econômico com inclusão social.



A comunicação vem assumindo importância crescente na sociedade contemporânea. A face mais visível desse processo talvez seja o acelerado desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação, observado nas últimas décadas. Mas o avanço do SUS exige a democratização dos meios de comunicação, que é determinante para garantir o acesso à informação de todos; que deve incentivar as práticas com a visão ampliada da saúde, com as propostas de descentralização e controle social, no reconhecimento e expressão das diferentes realidades de saúde existentes no país, que promova a interação entre os trabalhadores, usuários e gestores na promoção da educação na perspectiva da construção coletiva.

As inovações tecnológicas e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia influenciam diretamente e cada vez mais a vida em sociedade, gerando, conseqüentemente, transformações na área da saúde, no meio ambiente, no comportamento dos cidadãos e na vida social. A Constituição Federal de 1988 define o Estado como responsável pela promoção e incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico, competência que, na área da saúde, é dada ao SUS. Daí se faz necessário a promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação para o fortalecimento do SUS.

As inovações tecnológicas e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia influenciam diretamente e cada vez mais a vida em sociedade, gerando, conseqüentemente, transformações na área da saúde, no meio ambiente, no comportamento dos cidadãos e na vida social. A Constituição Federal de 1988 define o Estado como responsável pela promoção e incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico, competência que, na área da saúde, é dada ao SUS. Daí se faz necessário a promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação para o fortalecimento do SUS.

Por fim, aprofundar a democracia no Brasil é um passo necessário para a sustentação e os avanços do SUS, que significa, inclusive, enfrentar a situação ampliada da Política de Saúde, com ações concretas. E uma grande oportunidade para isto é o apoio incondicional à realização da 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde, convocada pela Portaria nº 1017 de 11 de maio de 2016.



★ Sindicatos Filiais ★



Rua: Barão de Itapetininga, 255, 11º andar Conjunto 1105
 CEP 01042-001 - Centro - São Paulo - SP
 Fones/Fax: (11) 3259-1191 - 3257-9126

www.fenafar.org.br